



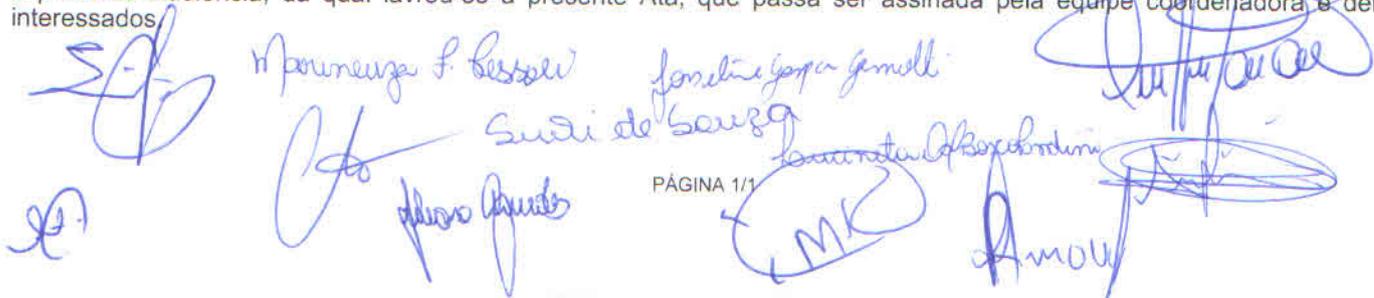
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 3º QUADRIMESTRE DE 2024**

Às 10:00 horas, do dia 26 DE FEVEREIRO DE 2025, reuniram-se no município de CATANDUVAS, tendo por local a Câmara Municipal de Vereadores, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 3º QUADRIMESTRE DE 2024. Estavam presentes na Audiência Pública um total de 12 pessoas, conforme lista de presença anexa. Dando início aos trabalhos, o Coordenador JULIANO APARECIDO DO AMARAL GUEDES, fez uma pequena explanação de como seriam conduzidos os trabalhos. Dando continuidade, passou a apresentar as metas realizadas, onde foram destacados os seguintes resultados: Analisando as Metas de Arrecadação apresentadas, constatou-se que a Receita Total Prevista para o período é de R\$ 66.814.700,00, sendo R\$ 58.860.050,00 de Receitas Correntes e R\$ 7.954.650,00 de Receitas de Capital. Já a receita arrecadada registra R\$ 67.713.996,97 para as Receitas Correntes e R\$ 3.127.074,91 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R\$ 70.841.071,88. Pelos dados apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o total da Receita Arrecadada, no montante de R\$ 70.841.071,88, ficou ACIMA das Metas de Arrecadação Previstas, que estavam estimadas em R\$ 66.814.700,00. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que o SUPERÁVIT verificado no confronto da previsão com a arrecadação foi de R\$ 4.026.371,88. Pelos dados apresentados no cronograma de desembolso, conclui-se que até o término do período analisado, o município CUMPRIU o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa Realizada, no montante de R\$ 57.755.633,40, ficou ABAIXO das Despesas Previstas para o período, que estavam estimadas em R\$ 65.608.550,88. Na análise do confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período, verifica-se que apresenta valores positivos, ou seja, existe equilíbrio financeiro adequado. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$ 70.841.071,88, as despesas contabilizam a soma de R\$ 57.755.633,40, proporcionando um SUPERÁVIT FAVORÁVEL de R\$ 13.085.438,48. O Resultado Primário apurado no período, apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação desfavorável, pois significa dizer que as Receitas Não Financeiras não predominam sobre as Despesas Não Financeiras, ou seja, ainda não existem condições do município assumir novos compromissos para pagamento de dívidas. Com Relação as Receitas Financeiras no período, na importância de R\$ 1.379.417,62 ficaram abaixo das Despesas Financeiras na quantia de R\$ 163.563,16, num montante de R\$ -1.215.854,46. A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do período analisado, apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras. Comparando a Dívida Fiscal Líquida do início do exercício, na importância de R\$ -11.560.007,61 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R\$ -10.386.445,77, podemos deduzir que houve um crescimento desfavorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis. Pelos dados orçados para o exercício, o município previu despesas de INVESTIMENTOS no montante de R\$ 9.890.771,00. Ao término do período, os investimentos totalizaram R\$ 8.701.597,72. Analisando o valor das Transferências Financeiras previstas na LDO para o exercício, na importância de R\$ 1.191.805,00, teríamos uma previsão média mensal de repasse no valor de R\$ 99.317,08. Comparando esta previsão com a média mensal de transferência apurada ao término do período analisado, no valor de R\$ 97.000,00, podemos deduzir que o repasse ficou igual da previsão estimada. Até o término do período analisado, o total de suprimentos repassados para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 1.164.000,00. O demonstrativo da Dívida Pública Municipal foi apresentado contendo um saldo inicial R\$ 5.415.379,65, com o Saldo Final do período analisado que registrou R\$ 4.168.516,73, concluímos que o montante da Dívida teve uma redução no valor de R\$ -1.246.862,92, o que representa uma queda de -23,02%. Os Valores Orçados na Lei Orçamentária para os Programas do PPA - Plano Plurianual de Investimentos totalizam a importância de R\$ 0,00. O Saldo Final do período analisado registra R\$ 0,00. Diante disso, fica evidenciando que o Orçamento 0,00 cresceu na importância de R\$ 0,00, que representa 0,00% sobre os valores originalmente orçados. No tocante aos índices de Saúde ficou demonstrado que a aplicação foi de 24,10%, evidenciando o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Na análise das despesas de saúde foi abordado que o montante de gastos até o período foi de R\$ 11.502.774,68, dos quais R\$ 4.763.343,79 são recursos do SUS e outras fontes, enquanto R\$ 6.739.430,89 são recursos próprios do município. O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Analisando a aplicação em educação foi de 27,54%, evidenciando que FOI CUMPRIDO o referido dispositivo legal. Isto representa que o município aplicou na Função Educação o montante de R\$ 15.177.496,50, sendo que no Ensino Fundamental foram aplicados R\$ 11.045.790,97, e na Educação Infantil foram aplicados R\$ 2.692.593,95. Também fora demonstrado na Audiência a situação com relação aos gastos de pessoal. Ao término do período analisado, o município apresenta um gasto consolidado com pessoal de 46,97%, sendo 1,38% do Legislativo e 45,59% do Executivo. Estes números indicam que os gastos consolidados estão 13,03 % abaixo do que fora previsto para o exercício. O Poder Executivo apresentou um dispêndio de 45,59% da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os gastos de pessoal do Poder Legislativo foram de 1,38%, da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'b', da LRF. Assim, estando apresentados os quadros demonstrativos das Metas Fiscais, a equipe coordenadora agradeceu as presenças e nada mais havendo a tratar encerrou a presente Audiência, da qual lavrou-se a presente Ata, que passa ser assinada pela equipe coordenadora e demais interessados.



**Secretaria Municipal de Assistência Social**

**Ata 01/2025**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Catanduvas/Paraná, estando presentes representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, do Poder Executivo e Legislativo Municipal, bem como pessoas da sociedade civil, para em **Audiência Pública** avaliar a execução das ações do FMDCA relativas ao terceiro quadrimestre - setembro a dezembro - do ano de dois mil e vinte e quatro. Deu início a Audiência o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Silvio Farias, saudando a todos, expos o objetivo da audiência em tornar público o que foi desenvolvido no terceiro quadrimestre e com ele encerrando o exercício de dois mil e vinte e quatro. Falou sobre os recursos aplicados na gestão municipal no quadrimestre, apresentou as receitas e despesas públicas colocando a situação atual da gestão pública municipal e informações referentes ao Fundo da Previdência Social, expondo o referido quadrimestre e o fechamento do exercício. Apresentou as ações desenvolvidas e recursos executados na área da criança do adolescente, fazendo um resumo do referido quadrimestre, referendando as ações contidas nos Relatórios de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quinto e sexto bimestre, já aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA. Frisou o atendimento da Casa de Passagem Bom Jesus que encerrou o ano com quatro crianças acolhidas. Enfatizou a importância da atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselho Tutelar na busca da garantia dos direitos das crianças e adolescentes do Município. Mencionou que o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, continua com oficinas voltadas as crianças e adolescentes, sendo, capoeira, karatê, artesanato e hip-hop, sendo esta última ofertada também no distrito de Ibiracema. Por fim, foi exposto as ações desenvolvidas através da Secretaria no referido exercício em seguida abrindo para discussão. Na sequência houve o encerramento da Audiência Pública e nada mais havendo a constar, eu, Silvia Vieira Marcelino lavrei a presente ata.



Marleneza P. Lessoli

José Carlos G. G. G. G.

Luiz Carlos de Souza



Amoy



Sueli de Souza

